UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM ALAGOAS: O QUADRO ATUAL E A PROPOSTA DE CRIAÇÃO(1)

Prof. Dr. José Santino de Assis*
Pesquisador do Laboratório de Fitogeografia Aplicada (LABFIT)

Maceió-Alagoas, 1998

O desmatamento no Estado de Alagoas já alcançou níveis alarmantes a ponto de ameaçar de extinção a sua rica biodiversidade. Além disso, o baixo índice de cobertura vegetal que ainda resta continua sendo paulatinamente reduzido. Sem que as providências tomadas até o momento com vistas à sua preservação tenham surtido qualquer efeito. Principalmente porque, além de tímidas no sentido espacial e fitoambiental, não foram regidas por algum planejamento organizado para tal fim. Com base nesse quadro desanimador, desenvolveu-se a pesquisa com o fim de, perante a constatação do problema, sugerir-se algumas medidas de conservação. Entre as quais, a proposta de criação de Unidades de Conservação (UCs) abrangentes para toda a superfície estadual. Estabeleceu-se como objetivo principal da pesquisa o fornecimento de subsídios infraestruturais ao Planejamento Ambiental de todo o seu território. Sobretudo no contexto de uma política de uso organizado do espaço. Respeitando-se, em primeiro lugar, a conservação e a preservação da sua riquíssima diversidade biológica e do alto potencial que ela representa.

Duas linhas teóricas do conhecimento foram utilizadas na fundamentação da pesquisa: a Teoria do Geossistema e a Teoria do Refúgio. A primeira foi adotada para orientar o apoio cartográfico na hierarquia de classificação taxonômica das unidades de paisagens fitogeográficas destinadas à seleção das UCs objetos da proposta. A sequência metodológica seguida por essa linha foi iniciada pelo mapeamento dos remanescentes de vegetação original, com base em imagens orbitais de satélite e reconhecimentos de campo. Esses remanescentes foram separados por classes de Região Fitoecológica. Estas, foram tomadas como a primeira hierarquia do mapeamento. O próximo passo foi o delineamento, no âmbito de cada Região Fitoecológica, das Comunidades Fitoambientais colocadas no segundo nível hierárquico da taxonomia. Finalmente, a terceira posição hierárquica foi a de Unidades de Conservação (UCs). Que foram delimitadas no interior de cada Comunidade Fitoambiental. Todas com base na existência de vegetação original remanescente e de acordo com as características individuais mais relacionadas com a conceituação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC.

Pela Teoria do Refúgio, os procedimentos adotados para igualmente se chegar às UCs foram os parâmetros ecológicos, ou "geocientíficos". Neste caso, a UC selecionada não mais obedece a uma taxonomia de ordem espacial, através da qual, promove-se a cartografia e a mensuração da sua área. Mas a um raciocínio de ordem ambiental. Através do qual, elegem-se os parâmetros ecológicos que constituem a sua base de sustentação científica. Isso quer dizer que, ao invés da decomposição da paisagem para se chegar à Unidade de Conservação, são tomados: a gênese, a evolução e o estado atual do ambiente, destinado a se chegar ao mesmo objeto recomendado para a preservação. Por esse ângulo da indicação não é mais uma questão de ordem espacial, mas exclusivamente de natureza ambiental. Ou seja, não é a quantidade que prevalece, mas a qualidade do que se dispõe para a indicação das áreas destinadas à conservação.

Dos resultados constaram a cartografia e a classificação das Regiões Fitoecológicas, das Comunidades Fitoambientais e das Unidades de Conservação. Todas na escala de 1:250.000. Para a obtenção do primeiro nível hierárquico do mapeamento, o de Região Fitoecológica, foi utilizada a cartografia do Projeto RADAMBRASIL. Através da qual, o Estado de Alagoas é recoberto pelas Regiões da Floresta Ombrófila, da Floresta Estacional Semidecidual, da Caatinga, do Cerrado, das Formações Pioneiras e das Áreas de Transição Fitoecológica (Ecotonos). Após o resultado da interpretação e da mensuração das manchas remanescentes, constatou-se que o desmatamento estava abrangendo 93,06% da cobertura vegetal alagoana. Do percentual restante de 6,94%, as Florestas participavam com 2,74% (sendo 1,85% para a

Ombrófila e 0,89% para a Estacional), para a Caatinga restavam 2,15%, o Cerrado com 0,00%, as Formações Pioneiras com 1,57% e as áreas de Transição com apenas 0,48%. Com os levantamentos feitos sobre o que existia de UCs já legalizadas, verificou-se que apenas 1,27% da área estadual encontrava-se sob essa proteção. O mesmo é distribuído por apenas sete Unidades: um Parque Municipal, duas Reservas Ecológicas e quatro Áreas de Proteção Ambiental. Constatou-se, também, que desse percentual de 1,27%, apenas três classes de vegetação estavam contempladas: a Floresta Ombrófila com 0,11%, a Floresta Estacional com 0,15% e as Formações Pioneiras com 1,01%.

Esses dados foram determinantes para a formulação do quadro das proposições. Uma vez que foram constatados o avançado estágio de desmatamento e o insignificante índice de proteção da biodiversidade estadual, numa fiel confirmação de tudo o que fora inicialmente pressuposto. A proposta foi feita de acordo com as seis classes de vegetação existentes, com as nove Comunidades Fitoambientais que foram classificadas e com os demais parâmetros considerados relevantes. Isso resultou na seleção, na classificação e na cartografia de 35 Unidades de Conservação. Desse grupo foram sugeridas 12 UCs na área da Floresta Ombrófila, com 274,6 km^2; 10 na Floresta Estacional, com 77,0 km^2; 5 na Caatinga, com 356,0 km^2; e 8 na área de Transição Fitoecológica, com 350,4 km^2. A soma de tudo representa 3,65% da superfície estadual. Cuja distribuição por classes de Unidades de Conservação foi de 12 (doze) Reservas Biológicas, 11 (onze) Áreas de Proteção Ambiental, 5 (cinco) Refúgios de Vida Silvestre, 3 (três) Estações Ecológicas e 4 (quatro) Parques Estaduais.

De posse desses resultados, a principal conclusão tirada foi a de que a inexistência de um plano disciplinador de uma política de ordenamento territorial adequada se constitui no fator mais responsável pelo altíssimo estágio de desmatamento a que chegou. Tanto quanto pela destruidora ausência de uma política de criação de Unidades de Conservação da sua biodiversidade. Além disso, do insuficiente quadro de Unidades que já foi legalizado, em nenhum caso já foi elaborado o obrigatório Plano de Manejo referente à sua circunscrição. E muito menos, obviamente, a aplicação do gerenciamento ambiental de cada uma delas. A expectativa é que esta pesquisa possa fornecer, como se propôs, uma parcela de contribuição para a regressão desse quadro predatório da diversidade biológica abrangente para toda a superfície territorial alagoana.

(1) Apresentado no I Congresso Nacional de Meio Ambiente na Bahia. Em Feira de Santana-

*É Geógrafo Doutor em Organização do Espaço. Atuante no Zoneamento e na Análise Geofitoambiental para o Planejamento Territorial.